



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Ata da octogésima oitava Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 12 de janeiro do ano de 2017.

Às dezoito horas do dia 12(doze) de janeiro do ano de 2017(dois mil e dezessete), sob a presidência do Vereador Achilles de Almeida Barreto neto, Primeira Secretaria Luis Geraldo Simas de Azevedo e Segunda Secretaria Vereadora Alexandra Codeço, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada Regimental: Adeir Novaes, Edilan Ferreira Rodrigues, Guilherme Aarão Quintas Moreira, Jefferson Vidal Pinheiro, Letícia dos Santos Jotta, Miguel Fornaciari Alencar, Rafael Peçanha de Moura, Ricardo Martins da Silva, Rodolfo Aguiar de Faria, Sílvio David Pio Oliveira, Vagne Azevedo Simão, Vanderlei Rodrigues Bento Filho e Vinícius Corrêa. Após o cumprimento do rito regimental, foram lidas e aprovadas as Atas dos dias primeiro de janeiro, três de janeiro e cinco de janeiro do ano de dois mil e dezessete. o senhor presidente solicitou que o Primeiro Secretário procedesse a apreciação e leitura das seguintes Atas: 01/01/2017, 03/01/2017 E 05/01/2017. Após a aprovação das citadas Atas, o senhor presidente, continuando na direção dos trabalhos legislativos, solicitou que o Primeiro Secretário fizesse a leitura do **Expediente**, que constou do seguinte: **REQUERIMENTO Nº 12/2017** - VER. RAFAEL PEÇANHA DE MOURA - **ASSUNTO**: Requer cópia de inteiro teor dos processos e contratos firmados pelo Poder Executivo durante a vigência do estado de emergência Administrativa e Financeira do Município. **INDICAÇÃO Nº 09 /2017**. VER. LETÍCIA DOS SANTOS JOTTA-**ASSUNTO**: Solicita ao Exmº Sr. Prefeito a modificação do horário de funcionamento das creches municipais. **INDICAÇÃO Nº 12 /2017**. VER. RAFAEL PEÇANHA DE MOURA-**ASSUNTO**: Solicita ao Exmº Sr. Prefeito alteração na regulamentação da política de estacionamento de ônibus, micro-ônibus, vans e similares utilizados nas atividades de transporte turístico ou de lazer no âmbito do município de Cabo Frio. Após a leitura do Expediente, o senhor Presidente franqueou a Tribuna para os oradores inscritos. Ocupou a Tribuna como primeiro orador inscrito, o **Vereador Sílvio David Pio**, que inicialmente saudou a todos. A seguir, solicitou que fosse concedida Moção de Pesar à família do senhor Aldir, pelo falecimento do mesmo, que fora seu amigo e um grande

empreendedor. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Em seguida, o senhor presidente, Achilles Barreto, afirmou que a Secretaria providenciaria a Moção de Pesar pelo falecimento do senhor Aldir e que, uma coroa de flores seria enviada em nome da Câmara Municipal de Cabo Frio. Prosseguindo na direção dos trabalhos, o senhor presidente solicitou que o segundo orador fizesse uso da Tribuna. Ocupou a Tribuna o **Vereador Vanderlei Bento**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida, disse que já havia protocolado na Casa ,autorização para realização de Audiência Pública, para tratar questões relacionadas ao UBER e os demais transportes alternativos. Prosseguindo, disse que havia um grande problema na cidade com relação ao não funcionamento dos telefones celulares, onde apesar das contas pagas, muitos não conseguiam completar ligações. Disse que, solicitaria ao seu pai, Deputado Silas Bento, que procurasse saber através da ANATEL, o motivo daquele problema. Em seguida, comentou sobre proposição dispendo sobre a adequação das categorias da Guarda Municipal, destacando que a Matéria fora votada em 2014 e já deveria estar vigente. Disse ainda, que os políticos sempre prometiam cursos de capacitação, adequação e que após as eleições não cumpriam. Observou, que a Guarda Municipal estava abandonada havia anos e ainda, que a mesma cuidava do patrimônio público e histórico e deveria ser valorizada. Sugeriu que a Guarda fosse setorizada, para que assim fosse também uma servidora melhor para a municipalidade, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o **Vereador Rafael Peçanha**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida, externou profunda tristeza pelo falecimento do Sr. Aldir e cumprimentou a família do mesmo, prestando condolências. Continuando, disse que os servidores continuavam sem pagamento por cerca de cento e trinta dias, o que era inadmissível, no entanto, considerava que houvera um bom acordo com o chefe do Executivo Municipal. A seguir, reportou-se à publicação do dia anterior, relativa a nomeação para a área da saúde, enfatizando que tais cargos deveriam ser ocupados de maneira que não houvesse máfia na saúde. Falou sobre Emenda que previa beneficiar o tratamento de alta e média complexidade, frisando que muitos poderiam fazer a radioterapia através do SUS. Em aparte, o Vereador Luis Geraldo disse que, com relação àquele tema, não houvera discordância de sua parte, mas, que apenas observava a LDO, que não poderia ser ignorada. E ainda, que ele próprio era um grande defensor dos acometidos pelo câncer. Retomando ao seu discurso, o Vereador Rafael Peçanha sugeriu que, os pagamentos feitos pelos ônibus de turismo que vinham para o município, fossem realizados através de documento de arrecadação municipal, para que não houvesse corrupção. Disse ainda, que seria interessante para o desenvolvimento de Cabo Frio, que houvesse incentivos para que os turistas

fizessem compras no comércio local. Em seguida, disse que por não ser advogado, estava de porte de um documento dos fiscais, que questionavam o Decreto de Estado de Emergência, o que corroborava com a posição de defesa do povo de Cabo Frio, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o **Vereador Miguel Alencar** que, inicialmente saudou a todos. A seguir, parabenizou a vereadora Letícia Jotta pelo aniversário no dia anterior. Após, questionou o Vereador Rafael Peçanha, por tanta desconfiança para com o prefeito Marcos Mendes, ressaltando que a transparência não deveria ser obrigação apenas do Executivo Municipal, mas, de todo gestor público. Disse ainda, que caso alguém quisesse ter acesso às contas públicas, necessitaria apenas procurar o secretário de Fazenda, senhor Clésio Guimarães. Disse que, o governo tinha apenas doze dias e precisava de um voto de confiança. E mais, que o governo era transparente e o defenderia todo o tempo. Em aparte, o Vereador Rafael Peçanha disse que, quando solicitava vistas nos contratos feitos pelo atual governo, pretendia apenas colaborar com o mesmo, que por certo tentava fazer um bom governo. E mais, que exercia seu papel de fiscalizador, que era prerrogativa constitucional. Retomando ao seu discurso, o Vereador Miguel Alencar disse que, o Tribunal de Contas entendia que já havia uma controladoria interna e não carecia de uma auditoria pública, no que encerrou sua fala. Após, o senhor presidente encaminhou os trabalhos para a **ORDEM do DIA**. Nesta etapa foi aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça nos seguintes Projetos: 135/2012 - 091/2015 - 17/2016 - 28/2016 - 31/2016 - 036/2016 - 039/2016 - 042/2015 - 44/2016 - 46/2016 - 47/2016 e 48/2016. Foi rejeitado o Projeto de Lei: 135/2012. Encaminhados para a Comissão de Políticas Públicas os Projetos de Lei: 091/2015, 017/2016, 28/2016, 31/2016, 036/2016, 044/2016, 046/2016, 047/2016 e 048/2016. Foi rejeitado o Requerimento nº 12/2017. Foi aprovada a Indicação nº 09/2017 e 12/2017. Terminada a Ordem do dia, o senhor presidente transportou os trabalhos para **Explicação Pessoal**. Ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Guilherme Aarão, que inicialmente saudou a todos. Em seguida, disse que o discurso do Vereador Vanderlei Bento deveria ter priorizado o salário dos servidores da Guarda Municipal. Disse em seguida, que o senhor Aldir, fora seu correligionário no PPS e sentia muito seu falecimento. Continuando, reiterou que, o Vereador Vanderlei deveria ter apresentado aquele projeto, sobre a equação da Guarda Municipal na ocasião em que representava o governo na Casa Legislativa e que naquele momento o mesmo tinha sido infeliz em sua fala, no que encerrou sua fala. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de

lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza os efeitos legais.